



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

**I CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
COEPE**

CONSTRUINDO AGENDAS E DEFININDO RUMOS

DOCUMENTO-BASE

**Chapecó, SC.
2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Dilvo Ilvo Ristoff
Reitor *Pró-Tempore*

Jaime Giolo
Vice-Reitor *Pro-Tempore*

Joviles Vítório Trevisol
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Solange Maria Alves
Pró-Reitora de Graduação

Geraldo Ceni Coelho
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Paulo Pinto da Luz
Pró-Reitor de Administração

José Alex Sant'Anna
Pró-Reitor de Planejamento

Rogério Cid Bastos
Secretário de Tecnologia e Informação

Ilton Benoni da Silva
Diretor do Campus Erechim

Antônio I. Andriolli
Diretor do Campus Cerro Largo

Paulo Henrique Mayer
Diretor do Campus Laranjeiras do Sul

João Alfredo Braidá
Diretor do Campus Realeza

Comissão Organizadora Geral da COEPE

Presidente: Joviles V. Trevisol

Alexandra Filipak
Antônio Inácio Andrioli
Antônio Marcos Myskiw
Claudia Finger-Kratochvil
Dirceu Benincá

Edemar Rotta
Ilton Benoni da Silva
Jaci Poli
João Alfredo Braidá
José Carlos Radin
José Oto Konzen
Maria Helena Cordeiro

Melchior Mallmann
Monica Hass
Paulo Bittencourt
Paulo Henrique Mayer
Solange Maria Alves
Zenilde Durlí

Coordenação dos Fóruns Temáticos

Campus Chapecó

Alessandra Germani
Angela Stube
Darlan Christiano Kroth
Delmir José Valentini
Denio Duarte
Francisco Mata Machado Tavares
Geraldo Ceni Coelho
Geruza Tavares D'ávila
Leonardo Santos Leitão
Maurício Fernando Bozatski

Campus Erechim

Anderson André Genro Alves Ribeiro
Fábio de Oliveira Sanches
Gerson Wasen Fraga
Ivone Maria Mendes Silva
Lauri Lourenço Radünz
Luís Fernando Santos Corrêa da Silva
Márcio Soares
Paulo Afonso Hartmann
Roberto Rafael Dias da Silva
Rodrigo Manoel Dias da Silva

Campus Cerro Largo

Benedito Silva Neto
Débora Machado Oliveira
Deniz Alcione Nicolay
Herton Lopes
Iara Denise Batisti
Ildemar Mayer
Louise de Lira Roedel Botelho
Luis Fernando Gastaldo
Manoel Teixeira dos Santos
Paulo Afonso Zarth

Campus Laranjeiras do Sul

Bruno Fernandes de Oliveira
Cristiano Augusto Durat
Elemar do Nascimento
Cezimbra
Felipe Matos Monteiro
Josimeire Aparecida Leandri
Luis Cláudio Krajevski
Luisa Helena Cazaroli
Mariano Sánchez
Pedro Ivan Christófoli
Sandra Dalmagro

Campus Realeza

Antonio Marcos Myskiw
Aparecido F. Bertochi dos Santos
Carolini Heinig Voltolini
Clovis Butzge
Jaci Poli
João Alfredo Braidá
Julio Trevas
Marcos Antonio Beal
Rozane Ap. Toso Bleil

APRESENTAÇÃO

A UFFS é, sob todos os aspectos, uma Universidade em construção. O fato de ter menos de um ano de existência a obriga a vivenciar a experiência de ser e estar no espaço-tempo presente sob perspectivas imensamente ampliadas e diversas. De forma mais objetiva, estar em construção implica efetivar, pela primeira vez, as matrículas dos acadêmicos dos quarenta e dois cursos de graduação; elaborar e aprovar os planos de ensino e os projetos político-pedagógicos; institucionalizar os grupos e as linhas de pesquisa; implantar os primeiros cursos de especialização e programas de mestrado e doutorado; definir as linhas e as áreas prioritárias da extensão; organizar a Reitoria, as Pró-Reitorias, os *campi* e todos os setores que oferecem as condições para o pleno desenvolvimento das atividades fim da UFFS.

A experiência da construção de uma instituição de ensino superior se assemelha, resguardadas as devidas diferenças, à dos jardineiros. Eles sabem que o pensar e o fazer, a ideia e a ação, a concepção e a execução, o projeto e a obra devem andar juntos. Não há jardins sem jardineiros. Os jardins são obras das pessoas que sonham, concebem e se dedicam apaixonadamente a fim de vê-los realizados. Assim como toda e qualquer invenção/construção humana, a UFFS precisa pensar-se cotidianamente; o seu projeto de universidade não está dado, nem concluído. A reflexão e o debate são desafios abertos e permanentes, de cuja intensidade dependerá, em boa medida, a qualidade acadêmica e a organicidade de sua inserção social.

A I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE) da UFFS reflete a consciência dessa necessidade. Está sendo proposta porque entende-se que este é o momento propício para a comunidade acadêmica discutir a missão e os objetivos da nascente Universidade. A COEPE é uma iniciativa das três Pró-Reitorias acadêmicas – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – e dos cinco *campi* da UFFS (Chapecó, Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza) cujos propósitos fundamentais são:

- I- Mobilizar a comunidade acadêmica da UFFS, nos seus diferentes *campi* e áreas de conhecimento, para a definição das políticas norteadoras do ensino, pesquisa e extensão;

- II- Aprofundar a interlocução com a comunidade regional, visando eleger as agendas prioritárias da UFFS nos campos da pesquisa e da extensão, e as suas articulações com o ensino.

Em termos mais específicos, a COEPE visa:

- a) Submeter à discussão o documento-base da conferência, que apresenta os princípios e os objetivos que nortearão a elaboração das políticas do ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão;
- b) Discutir/propor os temas/problemas prioritários de investigação, a partir dos quais serão definidos os grupos e as linhas de pesquisa da Instituição;
- c) Definir as prioridades institucionais no campo da extensão e da cultura, considerando o compromisso da UFFS com o desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico de sua região de abrangência;
- d) Levantar as demandas no campo da pós-graduação, visando a orientar a oferta de cursos de especialização e a implantação de programas de mestrado e doutorado nos próximos anos;
- e) Definir as diretrizes e as ações prioritárias para o ensino de graduação na UFFS.
- f) Elaborar o documento final da conferência, que sistematizará as principais contribuições oriundas dos fóruns temáticos e dos grupos de discussão realizados nos cinco *campi* da UFFS.
- g) Aprovar o documento final da conferência, o qual servirá de subsídio para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e das políticas de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

Tendo em vista a característica *multicampi* e as especificidades de cada microrregião que sedia cada um dos *campi* da UFFS, procurou-se dotar a COEPE de uma metodologia que tanto respeite a diversidade e a sua legítima manifestação, quanto assegure o princípio da unidade institucional. A conferência está, deste modo, organizada em três etapas fundamentais: a abertura, os fóruns temáticos e a conferência final.

A primeira dessas etapas, a abertura, será realizada em Chapecó, no *campus* sede da Reitoria, no dia 16 de junho de 2010. A conferência será instalada pelo Reitor da UFFS, seguida da entrega do Documento-Base da COEPE, da apresentação da metodologia e da palestra de abertura a ser proferida pelo conferencista convidado.

A segunda será realizada em cinco sessões, uma em cada *campus*. A primeira sessão acontecerá na UFFS - Campus Chapecó, nos dias 17 e 18 de junho; a segunda, em Erechim, nos dias 01 e 02 de julho; a terceira, em Realeza, nos dias 13 e 14 de julho; a quarta, em

Laranjeiras do Sul, nos dias 15 e 16 de julho; a quinta, em Cerro Largo, nos dias 22 e 23 de julho.

A conferência nos *campi* da UFFS terá dois momentos fundamentais: os fóruns temáticos propriamente ditos e os grupos de discussão. No primeiro momento ocorrerão as discussões entre a comunidade acadêmica da UFFS e as lideranças regionais, em torno dos seguintes temas:

1. Conhecimento, Cultura e Formação Humana;
2. História e Memória Regional;
3. Movimentos Sociais, Cidadania e Emancipação;
4. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Regional;
5. Energias Renováveis, Meio ambiente e Sustentabilidade;
6. Desenvolvimento Regional, Tecnologia e Inovação;
7. Gestão das Cidades, Sustentabilidade e Qualidade de Vida;
8. Políticas e Práticas de Promoção da Saúde Coletiva;
9. Educação Básica e Formação de Professores;
10. Juventude, Cultura e Trabalho.

Os dez fóruns temáticos serão realizados em todos os *campi* da UFFS. Por meio deles pretende-se aprofundar a interlocução entre a comunidade acadêmica e as lideranças regionais, com o intuito de definir as políticas e as agendas prioritárias da UFFS nos campos da pesquisa e da extensão, e as suas articulações com o ensino. Cada fórum terá cinco coordenadores, um por *campus*, os quais terão a tarefa de (i) conceber, organizar e coordenar as diferentes sessões do fórum; (ii) registrar, em formulário padrão da COEPE, as principais discussões e propostas apresentadas pelos painelistas convidados; (iii) redigir, em conjunto, um único texto, em forma de artigo, com o intuito de sintetizar as principais proposições apresentadas ao longo das cinco sessões de cada fórum temático. Os dez artigos integrarão os anais da COEPE.

O segundo momento dar-se-á por meio dos grupos de discussão, aos quais caberá a tarefa de, a partir dos relatórios de cada um dos fóruns temáticos, sistematizar as contribuições e definir as ações que o *campus* entende serem prioritárias nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão. As proposições de cada *campus* serão registradas no próprio documento base, que, na sequência, será enviado à comissão geral de sistematização da COEPE, a fim de compor um único documento, a ser discutido e aprovado na conferência final.

Por fim, a terceira etapa dos trabalhos da COEPE, a conferência final, acontecerá em Chapecó, nos dias 02 e 03 de setembro, com a discussão e aprovação do documento final, cuja versão preliminar está sendo proposta por meio do presente documento base.

Participe desse importante espaço de interlocução sobre as principais prioridades da UFFS nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão. Integre-se a esse processo coletivo que visa definir as agendas e os rumos de nossa Universidade. O futuro da UFFS será o futuro que formos capazes de construir juntos.

Prof. Dr. Joviles Trevisol
Presidente da Comissão Organizadora Geral da COEPE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
2.1 GRADUAÇÃO.....	14
2.2 PÓS-GRADUAÇÃO.....	15
2.3 PESQUISA.....	18
2.4 EXTENSÃO.....	21
3 PRINCÍPIOS	23
4 OBJETIVOS E AÇÕES.....	25
4.1 GRADUAÇÃO.....	26
4.1.1 Objetivos Gerais.....	27
4.1.2 Diretrizes para a Organização da Graduação.....	28
4.1.2.1 Democratização do acesso e permanência.....	28
4.1.2.2 Flexibilização curricular.....	28
4.1.2.3 Projetos Pedagógicos dos Cursos.....	29
4.1.3 Ações Prioritárias.....	30
4.2 PÓS-GRADUAÇÃO	30
4.2.1 Objetivos Gerais.....	31
4.2.2 Diretrizes para a Organização da Pós-Graduação.....	31
4.2.2.1 Classificação dos Cursos.....	32
4.2.2.2 Constituição dos Cursos.....	32
4.2.2.3 Flexibilização curricular.....	32
4.2.2.4 Cooperação intercampi e interinstitucional.....	33
4.2.2.5 Articulação com a Pesquisa e a Extensão.....	33
4.2.3 Ações Prioritárias.....	34
4.3 PESQUISA.....	34
4.3.1 Objetivos Gerais.....	35
4.3.2 Diretrizes para a Organização da Pesquisa.....	36
4.3.2.1 Grupo de Pesquisa.....	36

4.3.2.2 Linhas de Pesquisa.....	38
4.3.2.3 Projetos de pesquisa.....	38
4.3.3 Ações Prioritárias.....	39
4.4 EXTENSÃO.....	39
4.4.1 Objetivos Gerais.....	40
4.4.2 Diretrizes para a Organização da Extensão.....	41
4.4.2.1 Definição das áreas temáticas das atividades de Extensão	41
4.4.2.2 Linhas de Extensão.....	42
4.4.2.3 Caracterização das ações/atividades de extensão.....	42
4.4.3 Ações Prioritárias.....	44

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul tem menos de um ano de existência e, a despeito de sua tenra idade, sobre ela recaem as mais variadas expectativas, apostas e desafios. Nascida da organização dos movimentos sociais e das lideranças políticas e comunitárias da região da Grande Fronteira Sul, a UFFS é a mais viva e recente expressão da capacidade de mobilização dos atores sociais que, há décadas, lutam em defesa dos ideários mais importantes da emancipação social, como democracia, igualdade, respeito à diversidade, cidadania, direito à educação pública, gratuita e de qualidade, sustentabilidade e justiça social. Sua origem se dá, portanto, no âmago da sociedade civil organizada. Ela nasce de “fora para dentro”; surge dos movimentos sociais, transforma-se, ela própria, num movimento social e, na sequência, legitima-se como instituição pública estatal por meio da Lei Federal 12.029/2009.

O lugar (geográfico, político e social) de nascimento da UFFS está longe de ser algo irrelevante. Além de inseri-la na história do ensino superior brasileiro como a primeira universidade pública federal nascida dos movimentos sociais, tal fato atua decisivamente sobre a construção de sua identidade e para a definição de sua missão, objetivos, diretrizes e políticas de ensino, pesquisa e extensão. Os dez princípios norteadores estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFFS indicam, com bastante clareza, os pressupostos filosóficos, políticos e acadêmicos que devem orientar a nascente Universidade:

- I– Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento concomitante do ensino, da pesquisa e da extensão;
- II– Integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da instituição;
- III– Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a Educação Básica em número suficiente e com qualidade adequada;
- Iç– Universidade de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País;

- ζ– Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.

- ζI– Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente das populações mais excluídas do campo e da cidade.
- ζII– Uma Universidade que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento;
- ζIII– Uma universidade que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente;
- ΙΕ– Uma universidade pública e popular;
- Ξ– Uma universidade comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos.¹

Os dez princípios norteadores expressam o lugar de origem (contexto) da UFFS, assim como apontam o seu lugar de destino (finalidades). Trata-se, portanto, de uma Universidade que nasce da sociedade, para ser um bem público ao seu serviço. Significa concebê-la e realizá-la tendo como ideia-força o princípio da democratização, cuja processualidade precisa se dar a partir de dois movimentos.

O primeiro deles, **o da democratização de dentro para fora**, exige que a UFFS seja construída a partir de uma relação interativa e solidária (e não unilateral e distante) com a sociedade. Ao invés de realizá-la a partir do distanciamento estrutural que tem caracterizado muitas universidades - que se colocam acima, numa posição distante e hierarquicamente superior da comunidade onde estão inseridas - ela deve ampliar as zonas de contato e intensificar a interatividade, a inserção e as relações de cooperação solidária. Em vez de ser o “objeto”, a sociedade deve ser o “sujeito” das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se do desafio de fazer emergir uma universidade de proximidade, ou seja, uma IES concebida como um bem público, cujos bens simbólicos produzidos devem ser democratizados e estar acessíveis a todos os grupos sociais. Não uma fortaleza, mas uma universidade rede. Quanto mais inserção na sociedade, tanto mais esta se insere na universidade. Ao realizar o seu compromisso político e epistemológico e sua responsabilidade social, a UFFS acaba por promover sua própria democratização.

O segundo movimento, **o da democratização de fora para dentro**, implica romper com as formas tradicionais e hegemônicas de conceber a universidade. O mesmo

¹ A íntegra dos dez princípios norteadores da UFFS encontram-se em: www.uffs.edu.br.

movimento que leva o conhecimento científico para a sociedade deve ser o que traz outras formas de conhecimento (senso comum, artístico, religioso, indígena, camponês etc.) para dentro da universidade.

A “monocultura do conhecimento científico” deve abrir espaço para uma “ecologia de saberes”.² Por meio desse processo, o conhecimento produzido pela universidade põe-se em diálogo com o senso comum e com todas as demais formas de conhecimento produzido pela comunidade. Inaugura-se, deste modo, uma partilha solidária de conhecimentos, em que o saber acadêmico disciplinar produzido pela universidade interage com outros agentes, com formação acadêmica diversa e com prioridades também diferentes. A ecologia de saberes é, neste sentido, uma forma de extensão ao contrário, de fora para dentro da universidade. Ela “consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses [...] que circulam na sociedade”.³ É capaz de promover o reconhecimento de outras formas de saberes, e o confronto comunicativo entre elas.

A ecologia de saberes (revalorização dos saberes não-científicos e a revalorização do próprio saber científico pelo seu papel na criação ou aprofundamento de outros saberes não-científicos) permite reatar o conhecimento científico com o senso comum, tornando-o conhecimento apropriado e utilizado pelos diferentes sujeitos e atores sociais. Nessa perspectiva, os interesses e as demandas sociais se articulam com os interesses científicos dos pesquisadores. A produção do conhecimento científico ocorre, assim, estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado a seu serviço pela via mercantil. Ao invés de os investigadores determinarem os problemas científicos a pesquisar, a sua relevância e as metodologias, as problemáticas de investigação resultam de uma partilha entre pesquisadores e os possíveis utilizadores. A sociedade deixa de ser o objeto das interpelações da universidade, para tornar-se o sujeito. Essa inversão é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito além da democratização do acesso à universidade e da permanência nela.

A universidade, neste sentido, pode ser um espaço privilegiado de encontro entre saberes. Como propõe Santos,

a hegemonia da universidade deixa de residir no caráter único e exclusivo do saber que produz e transmite para passar a residir no caráter único e exclusivo da configuração de saberes que proporciona [...] a universidade será democrática se souber usar o seu saber hegemônico para recuperar e

² SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2005.

³ *Ibid.*, p. 76.

possibilitar o desenvolvimento autônomo de saberes não-hegemônicos, gerados nas práticas das classes sociais oprimidas e dos grupos ou estratos socialmente discriminados.⁴

Os princípios norteadores da UFFS acima referidos estão na base da proposição da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão. A COEPE objetiva discutir, interiorizar e conferir organicidade a tais princípios, criando as condições para que os mesmos sejam vividos e concretizados cotidianamente pela comunidade acadêmica. Nesse sentido, a COEPE pretende incorporá-los ao cotidiano da instituição, transformando-os em políticas, diretrizes e ações concretas nas três atividades-fim da UFFS.

Assim, com o propósito de oferecer aos participantes da COEPE um conjunto de subsídios para as discussões a serem realizadas durante as conferências nos campi, especialmente no âmbito dos grupos de discussão, as equipes das pró-reitorias acadêmicas elaboraram este documento-base. Trata-se de uma versão preliminar, escrita a muitas mãos, com a intenção de se constituir em uma primeira tentativa de explicitar os princípios, os objetivos e as diretrizes, a partir dos quais serão construídas as políticas de graduação, de pós-graduação, de pesquisa, de extensão e de cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul. Com tais características e objetivos, trata-se de um documento aberto às discussões e passível de aprimoramentos, conforme estabelecem o regimento e a metodologia da COEPE. Ao subsidiar as discussões, o documento base será, ele próprio, objeto de análises e reformulações. Por meio dele pretende-se colher e organizar as contribuições dos diferentes *campi* da UFFS que orientarão a elaboração do documento final da COEPE. Este documento não tem, pois, a pretensão de constituir-se em algo acabado. Sua tarefa é reunir elementos iniciais para provocar debates, reflexões e proposições advindas de outros olhares, saberes e atores sociais com os quais todas as áreas acadêmicas, observadas as questões legais, deverão dialogar.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

No contexto das políticas neoliberais, ao longo das últimas décadas, assistimos (ainda que não passivamente) a um movimento hegemônico de desmonte da educação superior pública decorrente da mercantilização do ensino que, aos moldes do mercado, foi colocado sob o viés da livre concorrência.

Tais políticas, nos anos 90, resultaram numa redução drástica de investimentos públicos no desenvolvimento da ciência, da tecnologia e das artes. Além das restrições ao

⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 224 e 228.

acesso à educação superior pública, foram reduzidos os orçamentos e suprimidos os concursos de docentes e servidores técnico-administrativos para as universidades públicas federais. Essa redução dos investimentos públicos foi acompanhada pela expansão da educação superior privada. Tal movimento contrapõe-se à tentativa de garantir a educação como direito constitucional, público e inalienável, e fortalece a crença de que a educação é um bem de consumo, mais do que um bem cultural fundamental ao desenvolvimento humano. Ao invés de uma instituição social, a Universidade passa a ser pensada como uma organização social que tem no mercado (e não na sociedade) a sua principal referência. O neoliberalismo despolitiza a educação para transformá-la em objeto de consumo, conferindo-lhe o *status* de mercadoria. Dessa forma, busca viabilizar o triunfo das ideias mercantilizantes e, por consequência, o necessário consenso em torno delas⁵.

Os dados estatísticos resultantes desse processo revelam um quadro social preocupante. Menos de 12% de jovens brasileiros (entre 18 e 24 anos) têm acesso à educação superior. Desse contingente, menos de 1/3 estão em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, pois, no Brasil, das 2.252 IES, 2.016 são privadas e apenas 236 são públicas. Ou seja, em torno de 80% das vagas estão em IES privadas. Estas, via de regra, reduzem suas atividades-fim ao ensino, sem se comprometerem com o desenvolvimento da pesquisa e da extensão, dois dos três pilares fundamentais na constituição da Universidade. Além disso, os indicadores de âmbito pedagógico denotam problemas sérios no processo de ensino e de aprendizagem, que têm resultado em repetência, evasão e, sobretudo, em problemas relacionados com a inclusão social.⁶

Contraopondo-se a essa tendência de mercantilização da educação e de elitização do ensino superior, a sociedade civil tem se organizado para pressionar o Estado com vistas à democratização do conhecimento, lutando pelo acesso ao ensino de qualidade, público e gratuito, em todos os níveis, incluindo o ensino superior.

As políticas públicas para a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão traduzem o embate entre as pressões elitizantes e mercadológicas do neoliberalismo, por um lado, e os movimentos de resistência da sociedade civil organizada em prol de uma Universidade democrática, igualitária, pluralista e comprometida com o desenvolvimento social sustentável, por outro.

⁵ GENTILI, Plabo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

⁶ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Plano Nacional de Educação, 2001.

2.1 GRADUAÇÃO

O Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº. 10.172/2001) traduz a preocupação da sociedade com o desenvolvimento de políticas voltadas à superação dos aspectos destacados anteriormente, especialmente quanto ao acesso à Universidade. O plano evidencia uma preocupação com a formação de novos quadros para o magistério e confere às universidades públicas o desafio de “qualificar os docentes que atuam na educação básica e os docentes da educação superior que atuam em instituições públicas e privadas, para que se atinjam as metas previstas na LDB quanto à titulação docente.”⁷ Propõe uma expansão da oferta do número de vagas, articulando ensino, pesquisa e extensão. Este é o grande desafio da educação superior no Brasil, não apenas enquanto tripé básico da Universidade, mas como política estratégica voltada ao desenvolvimento da nação, que exige reduzir os desequilíbrios regionais nos marcos de um projeto nacional. Segundo o PNE,

nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo.⁸

Diante desse posicionamento, o fortalecimento da educação brasileira tem sido uma das principais preocupações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) ao longo dos últimos anos. No âmbito da educação superior, e mais especificamente da graduação, em que pesem as contradições inerentes a todos os processos sociais, a política pública apresenta elementos visíveis de enfrentamento da herança neoliberal herdada. Exemplos disso são o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o processo de reordenamento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES B), voltada para a formação de professores em diferentes níveis de atuação da educação básica, e o movimento de organização de um Sistema Nacional de Educação. O programa de expansão e interiorização da educação superior pública

⁷ PNDE, p.39

⁸ PNDE, p.39

proporcionou a criação de novos *campi* e de novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), entre as quais a UFFS.

Nesse contexto, a UFFS traduz a materialização do encontro das políticas federais com a reivindicação dos movimentos sociais, organizados em torno da ampliação do acesso à educação superior como direito básico e inalienável. Esses movimentos, atentos e comprometidos com a educação e conhecedores das necessidades históricas da grande Fronteira Sul em termos de educação superior, colocam-se na vanguarda das reivindicações, e, em diálogo com o MEC, tornam-se os grandes protagonistas que dão origem à primeira universidade pública federal nascida dos movimentos sociais. O objetivo desses movimentos é assegurar o acesso a uma educação superior de qualidade para uma grande parcela da população historicamente excluída da Universidade.

2.2 PÓS-GRADUAÇÃO

A pós-graduação no Brasil começou tardiamente. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) voltada para a formação de docentes e pesquisadores para o ensino superior foi criada em 1951, com o objetivo de regulamentar e avaliar o desempenho da pós-graduação. O I Plano Nacional de Pós Graduação (PNPG/1975-1979), a propósito, foi elaborado apenas na década de 70 do século passado.

O I PNPG (1975-1979) e o II PNPG (1982-1985) tiveram como foco a preocupação de ordenar e consolidar o sistema de pós-graduação no país. Desde o início, a prioridade era formar quadros de excelência com vistas a atender às demandas públicas e privadas em um país preocupado em se integrar no círculo dos países considerados desenvolvidos. Assim, diferentemente da graduação, a pós-graduação foi orientada, desde seu início, por planos e diretrizes definidos no âmbito federal em função de projetos de desenvolvimento nacional preocupados em assegurar a integridade nacional e combater as disparidades/desigualdades regionais.

No período inicial de democratização do país, após a ditadura militar, as discussões sobre a necessidade de autonomia nacional foram integradas no III PNPG (1986-1989), que reiterava a preocupação com a insuficiência de quadros qualificados para o desenvolvimento de empresas nacionais, capazes de competir internacionalmente. Dessa

forma, procurou-se desenvolver a pesquisa na universidade, integrando a pós-graduação ao sistema de ciência e tecnologia, por meio da articulação entre os órgãos de apoio e regulamentação da pós-graduação (CAPES) com os da ciência e tecnologia (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq), assim como com os de fundos de fomento, como a (Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP). A pesquisa científica se tornou o foco da pós-graduação.

Em 1996, a CAPES deu início às discussões na comunidade acadêmica, com vistas à formulação do IV PNPQ. As dificuldades de articulação entre as agências de fomento nacional, aliadas às limitações orçamentárias, impediram que as várias redações preliminares resultassem em um documento público final, mas algumas das recomendações foram incorporadas às diretrizes elaboradas pela CAPES: expansão do sistema, diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional da pós-graduação⁹. Assim, de 1989 a 2005, a CAPES regulamentou a pós-graduação sem a existência de um plano nacional.

A redução orçamentária e as políticas implementadas durante a década de 90, que privilegiaram a concentração dos investimentos em programas já consolidados, resultaram no aumento das diferenças entre as regiões do país, entre as áreas de conhecimento e entre os diversos programas e grupos de pesquisa, dificultando a consolidação de grupos emergentes.

A inexistência de um compromisso efetivo com a democratização da Pós-Graduação também se refletiu nas diferenças de crescimento dos setores público e particular na oferta de cursos de mestrado entre 1996 e 2004. Enquanto o sistema federal cresceu 7,5% e o estadual 5%, o setor privado cresceu 20,5%, traduzindo uma crescente privatização da pós-graduação, que também foi observada (embora em menor percentual) nos cursos de doutorado: crescimento de 13% no sistema federal; 4,5% no estadual e 11% no privado¹⁰. Tal situação também foi acompanhada de uma crescente redução do apoio público aos pós-graduandos, sobretudo nos cursos de mestrado. Em 1991, 53% dos alunos matriculados recebiam bolsas da CAPES ou do CNPq. Esse índice decaiu desde meados dos anos 90, de tal forma que, em 2003, essa relação era de apenas 25%. No doutorado, também se observou uma queda: de 49% para 36%.

Em 2004, foi instituída uma comissão para a elaboração do IV Plano Nacional de Pós Graduação, a qual, depois de ampla consulta à comunidade acadêmica e científica, por meio de fóruns e audiências, redigiu o documento final, publicado em 2005 (PNPG 2005-

⁹ BRASIL/MCT/CAPES. **Plano Nacional de pós-graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília, 2005, p 18. Disponível em www.capes.gov.br. Acesso em: 3 jun. 2010.

¹⁰ Ibid., p. 28-29.

2010). O Plano dá continuidade às políticas anteriores, com vistas à “expansão do sistema de pós-graduação que leve a expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para a qualificação do sistema de ensino superior do país, do sistema de ciência e tecnologia e do setor empresarial”.¹¹ Para isso, procura inserir a política de pós-graduação no contexto da política industrial brasileira.

Em outras palavras, o Plano pretende:

o crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, com o propósito de atender, com qualidade, as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país. Esse Plano tem ainda como objetivo subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para as áreas de educação, ciência e tecnologia.¹²

Para isso, o IV PNPG incluiu as diretrizes e metas para o período de 2005 a 2010, procurando dar continuidade e fortalecer as ações para enfrentar os seguintes desafios:

- Flexibilização do modelo de pós-graduação, a fim de permitir o crescimento do sistema;
- Formação de profissionais de perfis diferenciados para atender à dinâmica dos setores acadêmico e não-acadêmico;
- Atuação em rede, para diminuir os desequilíbrios regionais na oferta e desempenho da pós-graduação e atender às novas áreas de conhecimento.¹³

A implementação de políticas públicas preocupadas em integrar as ações de diferentes órgãos de fomento em torno de objetivos e metas comuns proporcionou que o Brasil alcançasse um significativo avanço científico e tecnológico nas últimas décadas. As universidades públicas foram e continuam sendo as principais responsáveis por esse avanço, sobretudo porque são essas universidades que concentram o maior número de programas de pós-graduação *stricto sensu* preocupados com a produção científica e a inovação tecnológica. Apesar disso, a oferta desses programas de pós-graduação *stricto sensu* ainda está aquém do ideal ou mesmo do padrão alcançado pelos países mais desenvolvidos, e a maioria dos cursos é ofertada nas capitais e nas grandes cidades litorâneas.

¹¹ Ibid., p. 9.

¹² Ibid., p. 53.

¹³ Ibid., p. 42.

A UFFS, universidade *multicampi*, situada em uma região de fronteira, surge com o propósito de, prioritariamente, evidenciar as potencialidades e contribuir na resolução dos problemas que afetam a Mesorregião da Fronteira do Mercosul, composta por 396 municípios dos três estados sulinos. Por se localizar distante dos chamados centros dinâmicos da economia, a mesorregião ficou preterida, por longo tempo, no que concerne à aplicação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento dos seus problemas. O advento de ensino universitário na região se deu de forma bastante tardia e ainda se centra essencialmente na oferta de cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, decorrendo grande *déficit* na produção de pesquisa. Dessa forma, a criação da UFFS traz consigo a perspectiva de uma universidade que investirá em cursos de especialização e em programas de pós-graduação *stricto sensu*, com o compromisso de desenvolver a pesquisa científica e a formação humana.

2.3 PESQUISA

A criação da Universidade Federal da Fronteira Sul surge em um momento histórico em que as contradições do modelo de desenvolvimento econômico do país criaram condições para que os movimentos sociais incluíssem o desenvolvimento social como uma estratégia prioritária das políticas de ciência, tecnologia e inovação. A evolução dessas políticas pode ser percebida nos temas e discussões das conferências de ciência e tecnologia realizadas desde 1985.

A primeira conferência, realizada em 1985, logo após o término do regime militar, procurou incluir a comunidade acadêmica na discussão sobre os rumos da ciência e da tecnologia, em uma sociedade que tinha avançado nesse campo sem a participação democrática da comunidade científica na tomada de decisões.

No entanto, essa democratização não avançou muito, pois a segunda conferência só foi realizada dezoito anos depois, em 2001. Além da comunidade científica e dos setores empresariais, ela mobilizou a sociedade por meio dos seus representantes políticos no congresso nacional, mas não houve participação ampla nas bases da sociedade civil. Na conferência ficou claro que, apesar do grande avanço científico e tecnológico do país, o impacto em termos de desenvolvimento econômico e social era muito pequeno. As conclusões das discussões realizadas durante a conferência resultaram na publicação do livro branco¹⁴ da ciência tecnologia e inovação, que apontava as políticas e as diretrizes

¹⁴ BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco: ciência, tecnologia e inovação.** Brasília: MCT, 2002.

para o setor de 2002 a 2012. A principal preocupação era a colaboração entre os setores público e privado em um esforço para consolidar um sistema de Ciência e Tecnologia que apoiasse o desenvolvimento de inovações tecnológicas visando melhorar a competitividade do setor produtivo em termos internacionais.

A terceira conferência, realizada em 2005, já incluiu a inovação em seu próprio título: *III Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Procurou analisar as políticas já implantadas, seus objetivos e consequências. Nesta conferência foram introduzidas algumas questões e conceitos importantes como desenvolvimento sustentável e inclusão social. A ampla participação de diversos setores (2 mil representantes da academia, do empresariado, de organizações não-governamentais, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos governos Federal e estaduais) propiciou o debate em torno da distribuição dos benefícios e riquezas proporcionados pelos avanços científicos e tecnológicos, problematizando o próprio conceito de desenvolvimento. A partir de um amplo diagnóstico da situação nacional, foram apontadas as prioridades, contempladas posteriormente no Plano Nacional de Ciência e Tecnologia (2007-2010) no qual foram estabelecidas quatro prioridades estratégicas, em diferentes níveis¹⁵:

1. Expansão e consolidação do sistema nacional de ciência e tecnologia;
2. Promoção da expansão tecnológica nas empresas;
3. Pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas;
4. Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento social.

No último ano de execução do plano nacional, a IV Conferência de Ciência e Tecnologia, realizada em todas as regiões do país no primeiro semestre de 2010, mostrou que o 4º eixo prioritário, ou seja, a capacitação em ciência e tecnologia para o desenvolvimento social, teve poucos avanços e requer esforços de toda a sociedade para que sejam atingidos os resultados desejados: superação das desigualdades e da exclusão social¹⁶.

Trata-se, assim, de equacionar a necessidade de investimentos na produção de inovações tecnológicas que levem ao aumento da produtividade e da competitividade do setor empresarial em uma economia globalizada, com a transferência de conhecimentos

¹⁵ BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano de ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento nacional - Investir e inovar para crescer** Brasília: MCT, 2010.

¹⁶ Os documentos das conferências estão disponíveis em:
http://www.cgee.org.br/cncti4/index.php?option=com_docman&Itemid=78

científicos e tecnológicos para as populações tradicionalmente excluídas, de forma a permitir que estas desenvolvam arranjos produtivos de economia solidária. Pretende-se, assim, que essas populações sejam capacitadas a gerar e distribuir riquezas para seu próprio benefício, superando o modelo tradicional que visa à mera qualificação de uns poucos para um mercado formal de trabalho que não dá conta de absorver a maioria dessas populações.

Ao mesmo tempo, não se trata apenas de superar a exclusão econômica. O desenvolvimento social requer a participação cultural e política, garantindo o controle e a tomada de decisões às populações historicamente excluídas de quaisquer instâncias de poder. A apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos é um pressuposto para o exercício da cidadania responsável.

Em regiões de fronteira, como é o caso da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, essas questões adquirem uma importância ainda maior pois estão ligadas à garantia da soberania nacional. Uma população com conhecimento para controlar os sistemas básicos que garantem o funcionamento do país e com liberdade e poder de preservar sua cultura e identidade, é a melhor garantia da defesa da soberania e da unidade nacional.

Nesse contexto, a UFFS nasce com a missão de contribuir para que a construção do conhecimento científico e a inovação tecnológica façam parte de um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana, a inclusão social e a preservação das riquezas naturais, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior na própria região.

Nesse sentido, a história, a missão e os princípios da Universidade Federal da Fronteira Sul colocam às atividades de pesquisa alguns desafios que devem estar presentes na elaboração das políticas institucionais. Esses desafios se apresentam para as diferentes áreas do conhecimento como problemas a serem enfrentados e, portanto, a serem

traduzidos em questões de pesquisa sintonizadas com os interesses e necessidades da região.

2.4 EXTENSÃO

As primeiras propostas de cursos de extensão no Brasil surgiram entre 1912 a 1930, com a criação da Universidade de São Paulo e a fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa(MG). Esses cursos foram oferecidos na forma de prestação de serviços¹⁷. Uma nova forma de conceber a extensão surge a partir de 1938, com o movimento estudantil, que, na pauta das reivindicações pelas reformas universitárias, incluiu a Extensão como assunto prioritário e reivindicava a interação da universidade com o povo. Ressalta-se a atuação da Juventude Universitária Católica (JUC) que, reforçando os preceitos da justiça social e de uma consciência crítica, incentivou os jovens a atuarem nas comunidades, procurando atender às populações mais pobres.

A consolidação propriamente dita das atividades de Extensão ocorre durante o regime militar, por meio do desenvolvimento do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), do Projeto Rondon e da instalação dos *Campi* Avançados, que objetivavam a interiorização das universidades. Tratava-se de uma Extensão sem articulação com o Ensino e a Pesquisa, vinculada à política desenvolvimentista do governo¹⁸ e que tinha o caráter de prestação de serviços e de integração cultural.

No contexto da redemocratização brasileira dos anos 80, os dirigentes universitários democraticamente eleitos colocaram em discussão uma nova concepção da Extensão. Nesta perspectiva, foi criado, em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), que buscou aproximar a ciência e a formação acadêmica da realidade social, construindo uma relação mais ampla entre a Universidade e a população em geral.

O Fórum defendeu várias bandeiras, entre as quais a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a função social da Universidade, e construiu o conceito segundo o qual “a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que

¹⁷ SOUZA, Olga Suely Soares de. A extensão universitária e as universidades populares. In **Revista da Faced**, n. 09, 2005.

¹⁸ RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. Revisitando a História - 1980-1995. A extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. In **Revista Portuguesa de Educação**, ano/vol. 16, número 002. Universidade do Minho. Braga, Portugal. 2003.

articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”¹⁹.

Nesta nova concepção, a população passa, de agente passivo, a agente sujeito de todo o processo de conhecimento, o que pressupõe “uma articulação do saber acadêmico com o saber popular” e instaura “um processo socializante, democratizante do conhecimento”²⁰. Esta relação transformadora entre universidade e sociedade será marcada pelo “diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica [...] para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão”.²¹

Com o compromisso de definir as suas políticas e ações a partir das exigências da realidade social, o FORPROEX reúne-se anualmente, com o objetivo de garantir uma política nacional de extensão e conferir qualidade, visibilidade e reconhecimento das atividades desenvolvidas.

Em termos organizativos, o Fórum possui representação federal, estadual e municipal, com uma coordenação nacional e cinco coordenadorias regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Considerando a representatividade do FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras) e seu papel na definição das políticas de extensão, as universidades públicas têm reconhecido a legitimidade das diretrizes e orientações do Plano Nacional de Extensão e do Sistema de Dados e Informações da Extensão definidas nacionalmente por esse Fórum.

Ao integrar esse movimento nacional, a UFFS parte da discussão dessas diretrizes nacionais e dos princípios institucionais e acadêmicos acima evidenciados para definir suas políticas de Extensão, constituindo-se como um elo entre as demandas regionais e as atividades de Ensino e de Pesquisa.

A Extensão certamente não resolverá os problemas históricos da região, mas se coloca na perspectiva de colaborar, através de ações voltadas à cidadania e à inclusão social, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

¹⁹ SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000, p. 98.

²⁰ RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. Revisitando a História - 1980-1995. A extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. In **Revista Portuguesa de Educação**, ano/vol. 16, número 002. Universidade do Minho. Braga, Portugal. 2003, p.145.

²¹ FORPROEX, 2000-2001. Diretrizes para a extensão universitária.

3 PRINCÍPIOS

O projeto político institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul expressa, nos princípios institucionais, os compromissos assumidos pela universidade no contexto histórico e político da educação superior brasileira e no contexto socioeconômico da sua região de abrangência. Entre esses compromissos, a democratização do conhecimento exige a busca pela excelência na realização das atividades-fim (Ensino, Pesquisa e Extensão), o que requer a definição de princípios éticos e epistemológicos que traduzam a concepção de excelência acadêmica almejada.

Assim, as políticas de ensino, pesquisa e extensão da UFFS serão orientadas pelos seguintes princípios:

- Humanismo
- Pluralidade
- Justiça cognitiva
- Autonomia intelectual
- Cooperação
- Sustentabilidade
- Transformação social
- Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
- Interdisciplinaridade

Humanismo: O princípio diz respeito ao reconhecimento da humanidade que se faz presente em cada ser humano. Pressupõe uma abertura para reconhecer o outro enquanto outro. Trata-se de um princípio indispensável a uma educação que queira fazer jus ao seu conceito, o de ser formadora da humanidade do homem, e, de modo especial, à formação do pesquisador, como forma de relação que estabelece com o objeto investigado. Traduz-se na capacidade de se indignar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; pela manifestação da solidariedade e do companheirismo; pela igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, de raça, de gênero, de opções de vida, de estilos pessoais e do respeito às decisões coletivas; pela sensibilidade ecológica e pelo respeito ao meio ambiente, entre outros.

Pluralidade: O princípio diz respeito à natureza da própria Universidade que, em seu conceito, abarca a pluralidade, ao reconhecer a universalidade numa tripla dimensão: a) o universal enquanto encontro da humanidade consigo mesma, isto é, com a

multiplicidade de saberes produzidos ao longo da história por diferentes grupos humanos e/ou diferentes civilizações; b) o universal enquanto multiplicidade de interpretações feitas historicamente acerca da origem e do sentido de seus saberes; c) o universal enquanto orientação ético-política de construção da história onde possam conviver distintas formas de organização e de significação da existência, uma história como “progresso *do todo*” contraposta ao “progresso *no todo*”²².

Justiça cognitiva: O princípio diz respeito à democratização plena de todas as formas de saber produzidos historicamente, especialmente os conhecimentos científicos e tecnológicos que a Universidade abriga, desenvolve e aprimora. O acesso e a apropriação social de tais saberes são condições essenciais para a justiça social. A Universidade pode contribuir decisivamente para a justiça cognitiva, na medida em que possibilita aos jovens e aos grupos sociais mais excluídos o acesso aos saberes sistematizados, historicamente produzidos e socialmente legitimados.

Autonomia intelectual: O princípio diz respeito a uma condição ética e cognitiva no exercício do pensamento. Trata-se de preparar o indivíduo para embasar suas decisões e práticas na reflexão crítica da realidade histórica²³. Significa superar o mero cultivo da especulação inspirada em modelos ideais, que deixa os indivíduos incapazes de orientar-se no mundo, assim como o esforço de diferenciação individual visando afirmar-se diante da lógica competitiva que se impõe como realidade autonomizada, sem sujeito. O desenvolvimento de uma postura investigativa nas atividades de ensino na graduação e na pós-graduação, articuladas entre si e amparadas na pesquisa e na extensão, é primordial para o desenvolvimento da autonomia intelectual.

Cooperação: O princípio diz respeito à forma de relação que os homens estabelecem entre si para regular suas relações com a natureza, e encontra no trabalho a referência para humanizar a realidade natural e social. Trata-se de um princípio que se contrapõe ao individualismo econômico moderno e à instrumentalização racional que o embasa, que busca conferir um sentido humano ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão através da participação coletiva e solidária na organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Sustentabilidade: O princípio da sustentabilidade diz respeito a um conjunto amplo de princípios, valores, conhecimentos e práticas individuais e coletivas que procuram repensar/superar o atual modelo de desenvolvimento e promover dinâmicas que primem por justiça social e por relações mais solidárias e responsáveis entre o homem e a natureza. Implica construir alternativas ao atual modelo de produção e de consumo, que

²² ADORNO, Theodor. *Palavras e sinais: modelos críticos II*. Petrópolis: Vozes, 1995.

²³ ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz & Terra, 1995.

tem nas necessidades do mercado a sua principal referência e que reduz a natureza à condição de objeto e o homem à condição de consumidor. A sustentabilidade tem uma dimensão ética latente: ela implica um equilíbrio dinâmico entre as necessidades humanas e a capacidade da natureza de satisfazê-las. A sustentabilidade ecológica, nesse sentido, implica sustentabilidade social, econômica, espacial e cultural.²⁴

Transformação social: O princípio diz respeito à orientação social do fazer acadêmico no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Trata-se de um princípio que aposta na contextualização e na interpretação histórica e crítica como perspectiva de qualificar a intervenção social. Requer o reconhecimento da pertinência das demandas sociais a partir de sua contextualização histórica, objetivando conferir-lhes uma orientação emancipatória. O princípio se traduz numa postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente com os processos sociais, comprometido com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas.

Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. O princípio diz respeito, sobretudo, à articulação dialética entre a teoria e a prática para construir um fazer acadêmico socialmente relevante. Contrapõe-se à operacionalização e à massificação da Universidade que resulta na degradação do Ensino, na mercantilização da Pesquisa e na funcionalização da Extensão.

Interdisciplinaridade: O princípio diz respeito ao processo de construção do conhecimento que, por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes e disciplinas, possibilita a composição de interpretações mais abrangentes e complexas, e uma intervenção mais qualificada na realidade.

4 OBJETIVOS E AÇÕES

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede na cidade de Chapecó e *campi* nas cidades gaúchas de Cerro Largo e Erechim, e nas cidades paranaenses de Realeza e Laranjeiras do Sul, tem como área de abrangência os 396 municípios que compõem a Mesorregião da Fronteira do Mercosul. Trata-se de uma região historicamente desassistida pelo poder público, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação

²⁴ SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

superior, considerada pelo Ministério da Integração Regional como uma área em depressão econômica.

As bacias hidrográficas do rio Uruguai e do rio Iguaçu conferem uma identidade geográfica à mesorregião, que possui semelhanças físicas e sócio-econômicas, e é marcada pela imigração europeia, que contribuiu fortemente na definição de sua identidade histórica e cultural. Destaca-se também a presença e atuação de diversos movimentos sociais rurais e urbanos que, a partir dos anos 70, têm provocado impactos significativos na formulação de políticas públicas e na produção de atores sociais, mediadores e lideranças políticas e comunitárias, bem como no desenvolvimento de um forte associativismo regional. A formação desses profissionais e desses agentes ligados aos movimentos sociais pressionou o Estado para a criação de políticas públicas em relação à terra, à saúde, à mulher, à energia, entre outras. Trata-se de uma região que tem na agropecuária e na agroindústria sua base produtiva, e que tem como problemas centrais:

empobrecimento relativo da Mesorregião; pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais; crescente perda de dinamismo da economia regional, frente ao contexto da globalização e empobrecimento social da Mesorregião, decorrente da dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado, e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de absorção de mão-de-obra e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional.²⁵

Diante deste cenário, cabe à UFFS atuar numa perspectiva de transformação social, visando minimizar as desigualdade sociais da Mesorregião da Fronteira do Mercosul e contribuir para um projeto de desenvolvimento regional integrado, sustentável e solidário.

4.1 GRADUAÇÃO

Alicerçada no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, a Graduação constitui-se num espaço mediador de produção e de difusão do conhecimento, fundamentada na Ciência, na Arte e na Justiça. Seu desenvolvimento pressupõe a articulação do trabalho pedagógico em torno de objetivos claros, coesos e coerentes, que tenham por base os processos de democratização do país, os princípios institucionais e os princípios éticos e epistemológicos

²⁵ PERIN, Zeferino, DAMO, Márcia e BONETTI, Célio. **Consensos e Estratégias para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul**. Erechim: EdiFAPES, 2003, p. 12

das atividades-fim da Universidade. Assim, a despeito da diversidade de áreas de formação na Graduação, é possível estabelecer objetivos gerais para direcionar e dar organicidade à práxis educativa que se desenvolve em cada curso.

4.1.1 Objetivos Gerais

São objetivos gerais do ensino da Graduação:

1. Promover o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos e as suas formas de produção, sobretudo às camadas sociais historicamente excluídas;
2. Fomentar o desenvolvimento de projetos pedagógicos de cursos fortemente articulados com as demandas regionais com a perspectiva de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais;
3. Realizar uma ação educativa dialético-problematizadora que promova o desenvolvimento da cognição e da afetividade na construção de novas significações sociais;
4. Promover a diversidade no espaço da Universidade e incluir as diferenças culturais do mundo contemporâneo no contexto curricular como pressuposto para a formação profissional e cidadã;
5. Criar um espaço intelectual e político plural, fomentando o diálogo e o debate entre diferentes posições teóricas, olhares e perspectivas;
6. Fomentar a cooperação entre estudantes e professores de diferentes cursos, *campi* e instituições como perspectiva de promover processos e práticas pedagógicas orientadas por valores humanistas e coletivistas, justiça social e democracia;
7. Promover o exercício da reflexão crítica e a construção de novos saberes por meio da investigação e da indagação permanente sobre as práticas sociais e profissionais, integrando as atividades de Ensino com as práticas de Iniciação Científica e de Extensão e articulando a Graduação com a Pós-Graduação;
8. Formar profissionais capazes de refletir autonomamente, situando os problemas em termos históricos e epistemológicos, e de contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade mais igualitária, mais justa, sustentável e solidária.

Objetiva-se, portanto, formar um egresso que compreenda os fenômenos sociais em sua relação com o contexto histórico mais amplo, não como dados naturais, mas como

construtos humanos, produzidos social e historicamente. Um sujeito que se sensibilize com as questões sociais do seu tempo e se solidarize e comprometa com a construção de novas relações sociais e de melhores condições de vida para as populações.

4.1.2 Diretrizes para a Organização da Graduação

A concretização desses objetivos gerais exige uma relação orgânica entre as atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão. A definição de diretrizes organizacionais da Graduação, em articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação, das Licenciaturas e dos Cursos objetiva assegurar que o ensino da Graduação se estruture de forma a viabilizar a realização de seus objetivos. São três as diretrizes gerais da Graduação da UFFS, articuladas entre si, a saber: (1) a democratização do acesso e da permanência, com qualidade; (2) a flexibilização curricular; (3) a construção coletiva e democrática dos projetos pedagógicos dos cursos.

4.1.2.1 Democratização do acesso e permanência

O estabelecimento de mecanismos que garantam o acesso e a permanência dos discentes das camadas populares historicamente excluídas da universidade como perspectiva de democratização da Universidade e de promover a justiça social.

4.1.2.2 Flexibilização curricular

Corresponde a uma organização favorável à diversificação do currículo, orientada pela variedade de componentes curriculares e de atividades formativas, e mediada por uma tensão permanente entre educação geral e educação especializada. O currículo, compreendido como algo construído no cruzamento de influências e campos de atividades diferenciadas e inter-relacionadas.²⁶ Inclui sempre a escolha circunstanciada de conhecimentos que são enfatizados ou omitidos, em meio a um conjunto mais amplo de opções. Nos currículos dos Cursos de Graduação da UFFS, a flexibilização é traduzida pela organização em três grandes domínios, a saber: (i) Domínio comum; (ii) Domínio conexo e, (iii) Domínio específico.

²⁶ SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

O domínio comum refere-se ao conjunto de disciplinas cursadas pelos estudantes de todos os cursos de graduação e que tem por finalidades proporcionar aos estudantes a apropriação de instrumentos científicos que promovam o seu desenvolvimento enquanto seres humanos capazes de intervir ativa e criticamente em qualquer contexto ou atividade sócio-profissional. A opção por um currículo com uma parte comum a todos os cursos de graduação traduz não só a compreensão de que a educação pública, em todos os níveis, deve ser orientada por argumentos democráticos, mas também a justiça curricular, isto é, a organização de currículos que não correspondem a verdadeiros guetos culturais.²⁷

O Domínio Conexo refere-se ao conjunto de disciplinas que traduzem um corpo de conhecimentos situados na interface de vários cursos, sem, no entanto, se caracterizarem como exclusivas de um ou de outro. Possibilita a visualização de interesses comuns e aponta possíveis conexões na direção da consecução de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Congrega elementos promotores da integração curricular²⁸ e do princípio da interdisciplinaridade.

O Domínio Específico refere-se ao conjunto de componentes curriculares traduzidos em disciplinas, seminários, oficinas, atividades curriculares complementares, entre outros, próprios de determinadas áreas do conhecimento e processos formativos. Possibilita o estudo aprofundado de conhecimentos de uma determinada área do conhecimento. Nos currículos dos cursos de graduação da UFFS, tal princípio responde, ainda, à possibilidade de os estudantes decidirem sobre parte do percurso curricular que desejam realizar no tempo de integralização previsto para o curso.

4.1.2.3 Projetos Pedagógicos dos Cursos

Os projetos dos Cursos dão materialidade aos princípios institucionais e ético-epistemológicos e aos objetivos da Graduação. Construídos com a participação dos coletivos docentes, mobilizam saberes de distintas áreas do conhecimento para definir o perfil do egresso e traçar o percurso curricular que o objective.

²⁷ PACHECO, José Augusto (org.). **Políticas de integração curricular**. Portugal : Porto Editora, 2000.

²⁸ LOPES, Casemiro Alice; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

4.1.3 Ações Prioritárias

Tendo em vista os princípios da UFFS e os objetivos gerais da Graduação, estão sendo propostas as seguintes ações para atender às demandas e sugestões apresentadas nos dez Fóruns Temáticos da COEPE e nos Grupos de Discussão:

OBJETIVOS ²⁹	AÇÕES (Cursos, Atividades, Semanas Acadêmicas, Convênios etc)

4.2 PÓS-GRADUAÇÃO

A realidade da Mesorregião da Fronteira do Sul apresenta uma série de problemas que desafiam a Universidade. Os estudos avançados decorrentes dos cursos e programas de pós-graduação da UFFS são desafiados a atender para tal realidade.

A demanda por profissionais pós-graduados e qualificados se dá tanto nas empresas como nos órgãos governamentais e, de um modo geral, na área social, nos movimentos sociais e organizações não-governamentais. Deste modo, a Pós-Graduação na UFFS deve atender não apenas ao setor produtivo e ao Estado, mas também às organizações da sociedade civil, buscando a superação da injustiça social, bem como das desigualdades sociais e regionais. Trata-se de promover a capacitação humana e profissional e a autonomia dos estudantes para a produção de conhecimento emancipatório e para o desenvolvimento de condutas que gerem sustentabilidade e qualidade de vida.

A definição e a consolidação de um sólido sistema de pós-graduação na UFFS requer o estabelecimento de redes de cooperação *intercampi*, nacional e internacional, com diferentes instituições de ensino e de pesquisa. Dada a sua origem, a UFFS é desafiada a

²⁹ Trata-se aqui dos objetivos que orientam as ações propostas. Um mesmo objetivo pode orientar diversas ações. Pretende-se que, ao discutir os objetivos, o grupo consiga integrar as diferentes ações de forma coerente com os objetivos gerais da graduação e com os princípios institucionais da universidade e não se atenha simplesmente a listar as demandas e as sugestões vindas dos Fóruns. Os grupos podem também propor ações que não tenham sido sugeridas nos Fóruns. Podem ser acrescentadas no quadro tantas linhas quantas forem necessárias.

constituir-se em um centro de referência para o desenvolvimento científico e tecnológico da Mesorregião da Fronteira do Mercosul.

4.2.1 Objetivos Gerais

1. Proporcionar ambiência acadêmica de plenitude universitária, que favoreça a construção de conhecimento emancipatório, promova a formação humana e capacite para o mundo do trabalho;
2. Capacitar pessoas visando à produção, à difusão e à transferência do conhecimento nas diferentes áreas, aptas a propor e a promover mudanças na forma de produção e de consumo.
3. Desenvolver estudos e pesquisas que impulsionem o desenvolvimento científico e tecnológico para atender às demandas regionais;
4. Formar profissionais com autonomia intelectual e capazes de conviver com a pluralidade de ideias e de culturas.
5. Aprofundar a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
6. Favorecer a cooperação e a inserção dos pesquisadores da UFFS no âmbito nacional e internacional, bem como sua participação em redes de pesquisa;
7. Criar canais de publicação da produção científica que permitam dar visibilidade institucional aos grupos de pesquisa, e contribuam para a socialização do conhecimento;
8. Promover a integração entre as diversas áreas do conhecimento.

4.2.2 Diretrizes para a Organização da Pós-Graduação

A concretização dos objetivos gerais exige uma relação orgânica da Pós-Graduação com o ensino de Graduação, a Pesquisa e a Extensão.

As políticas nacionais de pós-graduação definem algumas diretrizes que orientam a organização da Pós-Graduação, as quais devem ser consideradas na formulação das políticas da UFFS. Essas diretrizes dizem respeito, entre outras coisas, à classificação e constituição dos cursos, à flexibilização curricular, aos processos de cooperação institucional, à relação com a Pesquisa e a Extensão.

4.2.2.1 Classificação dos Cursos

A pós-graduação na UFFS compreende a oferta de Cursos de Especialização (nível *lato sensu*) e de programas de Mestrado e de Doutorado (nível *stricto sensu*). Sua implantação se dá à luz dos critérios estabelecidos pela instituição, bem como daqueles propostos na política nacional de pós-graduação e de pesquisa da CAPES e do CNPq.

Os Cursos de Especialização são, em geral, organizados de forma a oferecer respostas mais imediatas a determinadas demandas sociais e profissionais. Para além dessa especificidade, podem apoiar o processo de construção e de definição de programas *stricto sensu*. Os Cursos *lato sensu* devem ter duração mínima de um ano adequando-se à legislação, em especial no que concerne à carga horária e à produção monográfica.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* se concentram em torno de áreas e de temáticas claramente definidas e objetivam o aprimoramento da formação humana e a produção de conhecimento científico e tecnológico.

4.2.2.2 Constituição dos Cursos

Os Cursos e os Programas são concebidos no âmbito das diferentes áreas do conhecimento e/ou dos cursos de graduação. Estabelecem estreito vínculo com os grupos e linhas de pesquisa, e emergem de sua produção acadêmica. São institucionais e concebidos na perspectiva *multicampi*, com o propósito de otimizar os recursos humanos existentes. Articulam-se ao planejamento institucional considerando suas grandes metas, atentando para sua visão estratégica, e privilegiando as grandes demandas regionais ligadas aos desafios do desenvolvimento humano, cultural, socioeconômico e tecnológico.

4.2.2.3 Flexibilização curricular

A organização curricular, em sintonia com os princípios institucionais, deverá primar pela promoção da tensão permanente entre educação geral e educação especializada, e pela articulação de conhecimentos de distintas áreas de formação.

É da essência dos cursos e programas de pós-graduação a flexibilidade na sua estruturação. Assim, a definição da matriz curricular se dimensiona de acordo com as necessidades do estudante e da sua área de formação, e visa à produção de conhecimento que não apenas promova a discussão na comunidade acadêmica e científica, mas que atenda às demandas da sociedade.

Os projetos dos cursos *stricto sensu* necessitam prever que, além da produção da dissertação ou da tese, os alunos cursem um conjunto de disciplinas relacionadas à área de concentração e/ou áreas afins de cada programa, bem como às linhas do programa. Às atividades de pesquisa que resultem em produção científica ou tecnológica poderão ser atribuídos créditos além dos previstos nas disciplinas formais.

4.2.2.4 Cooperação *intercampi* e interinstitucional

Os programas de cooperação constituem uma estratégia singular para a otimização dos recursos existentes, para a nucleação mais equilibrada de cursos e grupos de pesquisa em nível institucional e interinstitucional. Em nível institucional, evidenciam a necessidade de mobilização *intercampi* como perspectiva de responder às grandes demandas vinculadas à região de abrangência da Universidade, nos âmbitos do desenvolvimento humano, cultural, socioeconômico e tecnológico. Em nível interinstitucional constituem uma possibilidade de potencializar recursos humanos em áreas de grande relevância social e com carência de pesquisadores, e de estabelecer uma cooperação em projetos de interesse nacional e internacional. Dessa cooperação emergirão a organização de redes de cooperação científica e tecnológica, estabelecendo profunda relação com a pesquisa e com o desenvolvimento da ciência.

4.2.2.5 Articulação com a Pesquisa e a Extensão

Os Cursos e Programas se constituem num meio privilegiado para a formação e consolidação dos Grupos e Linhas de Pesquisa na UFFS e favorecem a integração com

outras instituições e agências de fomento, nacionais e internacionais. A interação e a cooperação entre os Grupos de Pesquisa criam as condições de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, fortalecendo a articulação entre as áreas do conhecimento, bem como com a Extensão.

4.2.3 Ações Prioritárias

Tendo em vista os princípios da UFFS e os objetivos gerais da Pós-Graduação, são propostas as seguintes ações para atender às demandas e sugestões apresentadas nos dez Fóruns Temáticos da COEPE e nos Grupos de Discussão:

OBJETIVOS ³⁰	AÇÕES (Cursos, Programas, convênios etc)

4.3 PESQUISA

Parte dos problemas da região da Fronteira Sul se deve à histórica ausência de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento e à superação das desigualdades socioeconômicas. A superação desses problemas requer o desenvolvimento de tecnologias que permitam conciliar o aumento da produtividade econômica com a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida. Trata-se, portanto, de investir não apenas na inovação de produtos, técnicas e implementos agrícolas ou industriais, mas também no

³⁰ Trata-se aqui dos objetivos que orientam as ações propostas. Um mesmo objetivo pode orientar diversas ações. Pretende-se que, ao discutir os objetivos, o grupo consiga integrar as diferentes ações de forma coerente com os objetivos gerais da pós-graduação e com os princípios institucionais da universidade e não se atenha simplesmente a listar as demandas e as sugestões vindas dos Fóruns. Os grupos podem também propor ações que não tenham sido sugeridas nos Fóruns. Podem ser acrescentadas no quadro tantas linhas quantas forem necessárias.

desenvolvimento de energias renováveis e de tecnologias sociais, nomeadamente as que proporcionam a constituição e o fortalecimento de arranjos produtivos de economia solidária.

Nesse contexto, a UFFS é desafiada a organizar as atividades de pesquisa de forma a atender a essas demandas, reafirmando seu compromisso com as forças sociais que lutaram pela constituição da própria Universidade.

4.3.1 Objetivos Gerais

Orientada pelos princípios éticos e epistemológicos colocados acima, a Pesquisa na UFFS visa aos seguintes objetivos:

1. Respeitar os princípios da ética científica e os princípios éticos das atividades-fim da UFFS na definição de finalidades, no uso de metodologias, na divulgação dos resultados de pesquisa e na utilização das verbas públicas;
2. Contribuir para o avanço da ciência em todas as áreas de conhecimento;
3. Constituir-se em um centro de referência para o desenvolvimento de tecnologias e inovação social, que contribua para o desenvolvimento social e econômico da região, de forma sustentável;
4. Promover a transferência de conhecimentos e tecnologias para a população, por meio da integração com o Ensino e a Extensão e do apoio à divulgação dos resultados das pesquisas;
5. Contribuir para a atualização da formação acadêmica e subsidiar a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades colocadas;
6. Criar um espaço intelectual e político plural, fomentando o diálogo e o debate entre diferentes posições teóricas, olhares e perspectivas;
7. Criar espaços de interlocução e debate entre os pesquisadores dos diferentes *campi*, visando à identificação e à solução de problemas relacionados à região de abrangência da Universidade;
8. Delinear campos de problematização que permitam a investigação sob a perspectiva resultante da interlocução de diferentes áreas do conhecimento, buscando construir respostas inovadoras;

9. Potencializar os recursos humanos e os resultados das pesquisas por meio de parcerias, intercâmbios e acordos de cooperação com outras instituições nacionais e internacionais.

4.3.2 Diretrizes para a Organização da Pesquisa

A pesquisa é uma atividade de produção de conhecimento por meio de um conjunto de ações organizadas sistematicamente para responder a um ou mais problemas. O conhecimento produzido, independentemente de sua aplicabilidade ser imediata ou mediata, deve ser convertido em objeto de discussão e de avaliação da comunidade científica.

O desenvolvimento das atividades de pesquisa na UFFS toma como ponto de partida as demandas regionais e as políticas nacionais estabelecidas pelo CNPq e pela CAPES.

As atividades de pesquisa serão desenvolvidas por Grupos de Pesquisa, os quais definem suas linhas em função dos objetos pesquisados. Cada Linha de Pesquisa agrega os Projetos de Pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores e estudantes que participam do Grupo. A pesquisa será organizada, portanto, a partir de três instâncias fundamentais: (1) Grupos de Pesquisa; (2) Linhas de Pesquisa e, (3) Projetos de Pesquisa.

4.3.2.1 Grupo de Pesquisa

As diretrizes para a formação e a consolidação dos Grupos de Pesquisa na UFFS obedecem ao que o CNPq estabelece em seu Diretório dos Grupos de Pesquisa. No referido Diretório³¹, o CNPq define Grupo de Pesquisa como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças que demonstram envolvimento permanente, experiência e destaque no terreno científico ou tecnológico

Cabe à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, aos Diretores Acadêmicos dos *campi* e aos coordenadores dos cursos de graduação promover e apoiar a interlocução

³¹ Disponível em <http://dgp.cnpq.br/diretorioc/html/faq.html#g1>

entre os pesquisadores para que estes se organizem em grupos de pesquisa. A proposta de criação de um grupo de pesquisa deve levar em consideração os critérios estabelecidos pelo CNPq, os interesses e as prioridades institucionais, a perspectiva da pós-graduação stricto sensu e os interesses comuns entre os pesquisadores. Tendo isso presente, os pesquisadores interessados devem (i) escolher o líder e o vice-líder do Grupo; (ii) definir os objetivos do Grupo e justificar sua constituição; (iii) decidir qual a função de cada pesquisador no Grupo; (iv) definir as Linhas de Pesquisa e os Projetos de Pesquisa a elas vinculados; (v) informar os dados dos estudantes e técnicos que colaboram no desenvolvimento dos Projetos de Pesquisa e que participarão do Grupo; (vi) assegurar que todos os integrantes do Grupo, incluindo os estudantes e os técnicos, tenham o currículo registrado na Plataforma Lattes, e atualizado; (vii) estabelecer a forma de funcionamento do Grupo (periodicidade e local das reuniões; formas de comunicação; tarefas de cada integrante, planejamento das atividades que serão promovidas pelo Grupo no primeiro ano de funcionamento etc).

O líder do Grupo de Pesquisa deve ser um pesquisador experiente, com título de Doutor, que, de preferência, tenha coordenado Projetos de Pesquisa aprovados por agências de fomento nos últimos 5 anos. Excepcionalmente, um professor com título de mestre poderá ser líder, desde que sua produção científica seja qualificada. Cabe ao líder do Grupo (i) cadastrar o Grupo no Diretório dos Grupos de Pesquisa e manter o cadastro atualizado; (ii) coordenar as atividades do Grupo e, (iii) promover intercâmbio com outros pesquisadores e instituições.

Para integrar um Grupo, os docentes devem ter produção científica qualificada e desenvolver atividades vinculadas a pelo menos uma Linha de Pesquisa do Grupo. A UFFS, por meio de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, poderá credenciar Grupos de Pesquisa considerados atípicos pelo CNPq,³² desde que hajam relevantes e justificadas razões.

³² Em seu Diretório dos Grupos de Pesquisa, o CNPq considera atípico o grupo que apresenta as seguintes características: (i) Grupos unitários; (ii) Grupos sem estudantes; (iii) Grupos sem técnicos; (iv) Grupos com mais de 10 Pesquisadores; (v) Grupos com mais de 10 Linhas de Pesquisa; (vi) Grupos nos quais o líder não é Doutor; (vii) Grupos sem Doutores no conjunto de pesquisadores; (viii) Pesquisadores que participam de 4 ou mais Grupos; (ix) Estudantes que participam de 2 ou mais Grupos de Pesquisa e, (x) Grupos semelhantes.

4.3.2.2 Linhas de Pesquisa

Os Grupos de Pesquisa desenvolvem Linhas de Pesquisa a partir da delimitação de um ou mais objetos de pesquisa. Considerando que o Objeto de Pesquisa é uma construção conceitual, pressupõe-se que a Linha de Pesquisa seja caracterizada também pela semelhança das orientações teórico-metodológicas dos Projetos de Pesquisa vinculados a essa linha.

As Linhas de Pesquisa permitem direcionar as atividades de pesquisa determinando o que será investigado (objeto) em um dado contexto assim como os objetivos da investigação a médio e longo prazo. Além disso, oferecem um quadro de referência para orientar teórica e metodologicamente as investigações.

É no âmbito das Linhas de Pesquisa, dentro dos Grupos de Pesquisa, que são (i) organizadas as sistematizações críticas do conhecimento acumulado sobre os objetos de pesquisa da Linha (pesquisas do tipo estado da arte); (ii) desenhados os projetos que dão continuidade ao estudo desse objeto; e (iii) são captados os recursos humanos e materiais necessários à continuidade das investigações.

As Linhas de Pesquisa são definidas em função dos projetos de pesquisa e não dos pesquisadores. Assim, um pesquisador pode desenvolver projetos em diferentes Linhas de Pesquisa, e uma Linha de Pesquisa pode agregar projetos de diferentes pesquisadores.

4.3.2.3 Projetos de pesquisa

O projeto de pesquisa é diferente da Linha de Pesquisa porque seus objetivos são de alcance imediato e, ao contrário da Linha de Pesquisa, tem metas claras, recursos e prazos de execução. Uma Linha de Pesquisa agrega diversos projetos de pesquisa. Entretanto, uma Linha de Pesquisa pode ser representada por um grande projeto temático composto por vários sub-projetos. Os projetos de pesquisa que integram uma Linha de Pesquisa devem ter palavras-chave comuns que caracterizam a identidade da Linha.

É possível a existência de projetos de pesquisa isolados, isto é, que não são vinculados a Linhas de Pesquisa, desde que eles se constituam em um primeiro passo para a organização de novas linhas.

No âmbito dos Grupos de Pesquisa, os projetos de pesquisa podem ser desenvolvidos por vários pesquisadores, por apenas um pesquisador ou ainda por um pesquisador e seus colaboradores (estudantes e/ou técnicos). Os estudantes podem desenvolver projetos de pesquisa, desde que sejam orientados por um pesquisador.

Os projetos de pesquisa devem ser aprovados pelo Comitê de Ética antes de sua execução, de acordo com a legislação vigente.

4.3.3 Ações Prioritárias

Tendo em vista os princípios da UFFS e os objetivos gerais da Pesquisa, são propostas as seguintes ações para atender às demandas e sugestões apresentadas nos dez Fóruns Temáticos da COEPE e nos Grupos de Discussão:

OBJETIVOS ³³	AÇÕES (Grupos de Pesquisa, Linhas de Pesquisa, convênios e intercâmbios etc)

4.4 EXTENSÃO

Nos últimos anos, a extensão universitária tem se credenciado cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes e para a formação do profissional cidadão.

³³ Trata-se aqui dos objetivos que orientam as ações propostas. Um mesmo objetivo pode orientar diversas ações. Pretende-se que, ao discutir os objetivos, o grupo consiga integrar as diferentes ações de forma coerente com os objetivos gerais da pesquisa e com os princípios institucionais da universidade e não se atenha simplesmente a listar as demandas e as sugestões vindas dos Fóruns. Os grupos podem também propor ações que não tenham sido sugeridas nos Fóruns. Podem ser acrescentadas no quadro tantas linhas quantas forem necessárias.

A Extensão Universitária é imprescindível para a democratização do acesso aos conhecimentos gerados na universidade, assim como, para o redimensionamento da função social da mesma. As atividades de extensão permitem conhecer de perto os problemas sociais, apontando questões que requerem investigações científicas. Dessa forma, a extensão ganha relevância social, não só pelo enraizamento das questões levantadas na vida social, mas também pela possibilidade de construir junto com a população as respostas para essas questões. Esse movimento de crescente inserção na realidade social permite que a universidade cumpra um de seus papéis mais importantes, que é o de contribuir para a formulação de políticas públicas participativas e emancipatórias, que resultem em uma maior justiça social.

É a partir desta perspectiva que se coloca a política de Extensão da UFFS, priorizando a Extensão como prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de Ensino e de Pesquisa, com as demandas da maioria da população.

4.4.1 Objetivos Gerais

1. Garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, visa promover uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade;
2. Estimular a troca de saberes entre a Universidade e a Sociedade visando à democratização do conhecimento acadêmico e à participação efetiva da comunidade na construção da Universidade;
3. Desenvolver programas e projetos voltados para toda a sociedade, comprometidos com a inclusão social da população mais carente e com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
4. Difundir avanços, conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica;
5. Manter a Universidade aberta à participação da população, promovendo amplo e diversificado intercâmbio com instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade;

6. Proporcionar ambiência acadêmica de plenitude universitária, que favoreça, a partir da extensão, a construção do conhecimento emancipatório, a capacitação para a atuação profissional do acadêmico e a sua formação cidadã.
7. Desenvolver atividades/ações de extensão voltadas para o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul a partir de planejamentos estratégicos participativos.
8. Promover o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.
9. Fomentar o desenvolvimento de programas e projetos a partir de métodos participativos e de pesquisa-ação objetivando promover a cidadania e os valores democráticos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nas ações.

4.4.2 Diretrizes para a Organização da Extensão

A organização e a operacionalização das atividades de extensão da UFFS seguem orientações do Plano Nacional de Extensão e do Sistema de Informações e de Dados da Extensão - SIEXBRASIL - definidas nacionalmente pelo FORPROEX para serem executadas no âmbito nacional, estadual e regional. O SIEXBRASIL está integrado ao Censo da Educação Superior - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação (INEP/MEC), que a partir do ano-base 2003, passou a solicitar, em planilhas específicas, informações sobre a Extensão Universitária.

4.4.2.1 Definição das áreas temáticas das atividades de Extensão

Todas as atividades de extensão deverão ser classificadas segundo a área temática, principal e/ou complementar que são: comunicação, cultura, direitos humanos, educação,

meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho. A definição das áreas temáticas e das atividades de extensão a serem desenvolvidas na UFFS deverão ser objeto de discussão coletiva nas instâncias colegiadas.

4.4.2.2 Linhas de Extensão

As atividades de extensão também serão classificadas como Linhas de Extensão, sendo que para cada Linha é apresentada uma descrição que auxiliará nas ações a serem executadas³⁴.

4.4.2.3 Caracterização das ações/atividades de extensão

As ações de extensão serão classificadas em Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de Serviço, de acordo com as definições do FORPROEX que seguem abaixo:³⁵

a) Programa

Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de Extensão, Pesquisa e Ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.

b) Projeto

³⁴ Consultar a seção Áreas e Linhas de Extensão do Plano Nacional de Extensão Universitária 2006. Disponível em: www.renex.org.br

³⁵ Consultar a seção Ações de Extensão e Flexibilização Curricular do Plano Nacional de Extensão Universitária. - Disponível em: www.renex.org.br.

Ação processual e contínua de caráter educativo, social e cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.

O projeto deve ser:

1. **Vinculado** a um Programa de Extensão (Projeto faz parte de uma nucleação de ações);
2. **Não-vinculado** a um Programa de Extensão (Projeto isolado).

c) Curso

Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos. Ações dessa natureza com menos de 8 horas devem ser classificadas como “Evento”. As prestações de serviço realizadas como cursos deverão ser registradas como “Curso”. Os cursos presenciais exigem a frequência do aluno durante toda a oferta da carga horária. Os cursos de Extensão a distância são caracterizados pela não-exigência da presença do aluno durante toda a oferta da carga horária. As atividades presenciais (sessão de esclarecimento, orientação presencial, avaliação, etc) não devem ultrapassar 20% da carga horária total.³⁶

d) Evento

Ação que implica a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade³⁷.

e) Prestação de Serviço

Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a Prestação de

³⁶ Verificar o quadro 6 do FORPROEX (2006) onde são apresentadas as classificações dos Cursos. Disponível em: www.renex.org.br.

³⁷ Verificar o quadro 9 do FORPROEX (2006) onde é apresentada a classificação de Eventos de Extensão Universitária e suas respectivas definições. Disponível em: www.renex.org.br.

Serviço se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem.

f) Publicações e outros Produtos Acadêmicos

Caracterizam-se como a produção de Publicações e Produtos Acadêmicos decorrentes das ações de Extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica.³⁸

4.4.3 Ações Prioritárias

Tendo em vista os princípios da UFFS e os objetivos gerais da Extensão, são propostas as seguintes ações para atender às demandas e sugestões apresentadas nos dez Fóruns Temáticos da COEPE e nos Grupos de Discussão:

OBJETIVOS ³⁹	AÇÕES, (Linhas, Programas, Projetos, Cursos, Eventos, Serviços, Publicações, etc);

³⁸ Verificar o quadro 13 do FORPROEX (2006) onde consta a classificação e definição de Publicações e outros Produtos Acadêmicos. Disponível em: www.renex.org.br.

³⁹ Trata-se aqui dos objetivos que orientam as ações propostas. Um mesmo objetivo pode orientar diversas ações. Pretende-se que, ao discutir os objetivos, o grupo consiga integrar as diferentes ações de forma coerente com os objetivos gerais da extensão e com os princípios institucionais da universidade e não se atenha simplesmente a listar as demandas e as sugestões vindas dos Fóruns. Os grupos podem também propor ações que não tenham sido sugeridas nos Fóruns. Podem ser acrescentadas no quadro tantas linhas quantas forem necessárias.

